

Estudo preliminar dos riscos na Barragem São José em Poço Verde/SE

Vanessa de Jesus Andrade¹; Aline Santana Santos²; Maria Aparecida Alves dos Santos³; Viviane Silva de Jesus⁴; Felipe Pessoa de Melo⁵

RESUMO: Em meio as temperaturas altas e índices pluviométricos baixos o Nordeste brasileiro sofre diariamente com a seca. Em resposta, autoridades políticas buscaram sanar esse problema, com, por exemplo, a construção de barragens. Foi o que ocorreu no povoado São José localizado no município de Poço Verde/SE, represando parte da água do Rio Real. Esta obra foi muito almejada pelas comunidades poçoeverdenses, principalmente pelos cidadãos do povoado São José, pois acreditavam que com a água represada seria possível pescar, irrigar, usá-la para consumo próprio e até mesmo atrair turistas. Entretanto ao passar do tempo, encontra-se há mais de dois anos uma barragem abandonada que serve apenas para matar a sede de animais e alguns poucos ainda dedicam-se a pescaria. Em meio a essa problemática, percebe-se que a gestão das águas em Sergipe encontra-se fragmentada, não ocorrendo de maneira compartilhada, construindo barragens nas quais é investido muito dinheiro, mas que não há a devida manutenção. No caso estudado, é impossibilitado o gerenciamento do risco o que coloca em perigo as comunidades circunvizinhas em um possível rompimento desta barragem, já que sua inspeção não é efetuada. Em meio a isso se busca analisar os riscos existentes e propor alternativas para mitigar tal impasse.

Palavras-chave: Seca, Impactos, Gestão.

INTRODUÇÃO

A seca sempre foi uma característica marcante da região Nordeste, problema que quando identificado como emergente levou a criação de várias políticas para o enfrentamento do entrave, dentre elas se destacam as obras hidráulicas com as respectivas construções de barragens, que embora trouxesse suas contribuições não possibilitaram uma solução para os impactos (CAMPOS, 2014).

No município de Poço Verde/SE não foi diferente a preocupação com os impactos da seca, iniciando em 2008 a construção de uma barragem que visava um desenvolvimento do território no tocante às práticas de irrigação, pesca, abastecimento para consumo animal e turismo.

Como em muitos locais no Brasil, a criação do reservatório não foi acompanhada de uma política de gestão hídrica, faltando à manutenção, assistência técnica referente às atividades de agricultura e pesca, controle de volume de água, preservação ambiental e demais outros fatores, estando atualmente abandonada pelo poder público, servindo apenas para alguns poucos pescadores e moradores da região que saciam a sede dos animais.

Compreendendo os inúmeros impactos oriundos da situação atual da Barragem São José, a pesquisa tem como objetivo analisar os riscos decorrentes da falta de gestão hídrica no município e viabilizar algumas estratégias para a mudança de cenário.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa quanto aos objetivos caracteriza-se como exploratória e referente aos procedimentos é bibliográfica e de campo. Inicialmente foi identificado o problema de pesquisa

¹ Graduanda, Geografia, Centro Universitário AGES, vangirl@hotmail.com.

² Graduanda, Geografia, Centro Universitário AGES, alinesantana384@gmail.com.

³ Graduanda, Ciências Biológicas, Centro Universitário AGES, cidaenaldo@hotmail.com.

⁴ Graduanda, Geografia, Centro Universitário AGES, Viviane.sj1996@hotmail.com.

⁵ Professor, Geografia, Centro Universitário AGES, felippemelo@hotmail.com.

com uma visita a campo, observando pontos importantes como o paredão e a comporta, com obtenção de algumas fotos. Dados foram levantados por meio da entrevista com alguns moradores do povoado que utilizam a água para a criação de animais e realizam a pesca, bem como moradores dos municípios vizinhos que também atribuí relevância para o local e algumas autoridades políticas. Além disso, foram realizadas leituras de livros e artigos que trazem uma reflexão sobre a gestão hídrica e os tipos de riscos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A obra da Barragem São José já era aspiração do Padre Antônio Melo que fez missão no município e enxergou a realidade sofrida daquele povo. A ideia se tornou projeto no ano 2000, começando a ser efetuada. Após o vencimento da licença prévia as ações continuaram, o que levou a interrupção da obra, sendo regularizada em junho de 2008 e finalizada em julho de 2009. Sendo de responsabilidade do município, a construção visava à diminuição dos impactos oriundos da falta de chuvas regulares, favorecendo a irrigação, pesca, abastecimento humano e animal e até mesmo o turismo (Figura 1).



Figura 1 “a” e “b”: Extensão de água da barragem e paredão. **Fonte:** ANDRADE, 2019.

Atualmente a água serve apenas para pesca e para matar a sede dos animais, sendo caracterizada como “salobra” pela população local, além disso, a barragem não passa por nenhuma manutenção desde sua construção (Figura 2). Segundo o Relatório de Segurança de Barragens da Agência Nacional das Águas (ANA) (2017) o estado de Sergipe não possui técnicos destinados essencialmente a segurança de barragens, além de não possuir em sua estrutura organizacional nenhuma referência a segurança dessas obras, no entanto, todas elas foram cadastradas e regularizadas.

De acordo com Resolução da ANA (2017) a classificação da barragem por categoria de risco e dano potencial associado é alto, embora o volume de água seja pequeno. Desse modo encaminha as ações a serem tomadas com prazo estipulado para o empreendedor, no caso a Prefeitura Municipal de Poço Verde, dentre elas: Inspeção de Segurança Regular, Elaboração do Plano de Segurança de Barragem, Elaboração do Plano de Ação de Emergência, Elaboração da primeira Revisão Periódica de Segurança de Barragem e Realização de Revisões Periódicas de Segurança de Barragem.

Em uma entrevista informal com um membro do governo legislativo do município, o mesmo abordou que procurou muitas respostas para o problema por meio de órgãos como a ANA e a Secretaria de Estado de Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano de Sergipe (SEINFRA) desde

2018. A ANA enviou a resolução mencionada anteriormente, mas não concedeu um relatório mais aprofundado, e a SEINFRA favoreceu um relatório somente da manutenção da ponte em relação à colocação de algumas vigas.



Figura 2: Morador captando água para animais. **Fonte:** ANDRADE, 2019.

Segundo pessoas entrevistadas: “Á água dessa barragem é salobra, só é utilizada para o consumo animal. Outrora se acreditava que servia para consumo humano para irrigar, até pra turismo, hoje está deserta, devido a falta de segurança o processo de visitação é escasso”. E assim, perpetua-se o cenário de abandono, necessitando de uma política de gestão das águas. Para Vieira (2003), uma política de gestão das águas deve priorizar um melhor aproveitamento da água, considerando os fatores ambientais, sociais e econômicos, juntando o conhecimento de variadas áreas que venham a somar nesse processo de gestão compartilhada.

Tendo em vista a situação da barragem, pode-se afirmar que há a presença de dois riscos no local: o risco natural agravado pelo homem e o tecnológico. O risco é definido como um perigo possível para uma dada população, ele só existe onde está presente o homem. O risco natural agravado pelo homem é aquele que através da ação antrópica intensifica o perigo existente. O risco tecnológico refere-se a possíveis eventos catastróficos decorrentes de uma fragilidade técnica (VEYRET, 2015). Esses dois tipos de risco são visíveis no objeto de estudo quando se considera a existência da probabilidade de rompimento da barragem que provém do índice pluviométrico somando-se as ações humanas no local que garantiram uma infraestrutura falha considerando a falta de manutenção, com indícios de vazamentos na comporta e uma ponte em deterioração, que há mais de um ano parte dela se rompeu e não foi restaurada (Figura 3 e 4).



Figura 3 “a”, “b”, “c” e “d”: Ponte sobre barragem. **Fonte:** ANDRADE, 2019.



Figura 4 “a”, “b” e “c”: Comporta da barragem. **Fonte:** ANDRADE, 2019.

Essa notoriedade dos riscos que podendo vim a se materializar trará inúmeros impactos para a comunidade, leva a reflexão de que além de sofrerem com aspectos físicos, os indivíduos podem vim a sofrer com as alterações psicológicas e emocionais com a perda de laços através da desterritorialização. Para Fernandes (2008) a desterritorialização diz respeito à perda de controle do sujeito, comunidade ou empresa de seu território, que os levam a outro lugar, acarretando a eliminação de sua identidade a qual se firmava nas relações simbólicas estabelecidas. Isso já foi um processo vivido pela população que ali vivia antes da construção da barragem, cederam suas terras perdendo o ambiente em que residiam, sendo obrigados a abandonar suas casas.

De acordo com Almeida (2003) a gestão de riscos em barragens está intrinsecamente relacionada à análise e mitigação do risco, identificando a probabilidade de eventos perigosos buscando medidas de evitá-los. Para Vieira (2003) umas das medidas são: a criação do sistema de alarmes, um cadastro técnico com todas as informações da barragem, um serviço contínuo de manutenção preventiva, realização de inspeções periódicas e elaboração de manual de procedimento. Essas medidas diminuem a possibilidade de rompimento desses sistemas de represamento. Entretanto, o que é lamentável na barragem analisada, é que essas medidas não são adotadas, bem como a população não se encontra conscientizada para cobrar medidas das autoridades responsáveis.

CONCLUSÕES

1. É necessário impulsionar o protagonismo das pessoas das comunidades;
2. É indispensável a realização da manutenção e monitoramento da barragem;
3. A comunidade em conjunto com outros órgãos deve apontar meios de aproveitamento da água;
4. Especialistas e técnicos são cruciais para orientar a população sobre os possíveis usos adequados da água em consonância com a preservação ambiental;
5. É preciso repensar o papel dos atores políticos do município que deviam estar cobrando e viabilizando soluções;
6. Estabelecimento de uma gestão interestadual, considerando que a barragem se situa em divisa com o estado da Bahia, sendo que seu rompimento pode atingir também o território baiano.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao nosso Orientador Professor Felipe Pessoa de Melo por nos impulsionar à pesquisa, aos entrevistados que colaboraram e ao Centro Universitário AGES por nos proporcionar uma formação cidadã.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. B. A gestão do risco em sistemas hídricos: Conceitos e metodologias aplicadas a vales com barragens. **Actas do 6º Simpósio de Hidráulica e Recursos Hídricos dos Países de Língua Oficial Portuguesa**, p. 647-661, 2003.

BRASIL, Agência Nacional de Águas. **Relatório de segurança de barragens 2017**. Brasília: ANA, 2017.

BRASIL, Agência Nacional de Águas. **Resolução nº 539, de 27 de março de 2017**. Disponível em:<<http://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2017/539-2017.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

CAMPOS, J. N. B. Secas e políticas públicas no semiárido: ideias, pensadores e períodos. **Estudos Avançados**, 2014.

FERNANDES, J. L. J. Implantação de projectos de desenvolvimento, desterritorialização e vulnerabilidade das populações: o caso da construção de barragens. Cuarto **Encuentro Internacional sobre Pobreza, Convergencia y Desarrollo**, 2008.

VEYRET, Y. **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2015.

VIEIRA, V. P. P. B. Desafios da gestão integrada de recursos hídricos no semi-árido. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, v. 8, 2003.